

# POVO LIVRE

LEGISLATIVAS 2024

## MUDAR É VOTAR ALIANÇA DEMOCRÁTICA

3 PRESIDENTE

QUEREMOS O ESTADO SOCIAL A SERVIR AS PESSOAS

Luís Montenegro acusa o PS de deixar “o Estado todo partido” e “o partido todo no Governo”, prometendo que com a AD haverá melhores serviços de saúde e educação, sem partidarização

18 LOCAIS

CÂMARA DE COIMBRA QUER CONSTRUIR PRIMEIRA CRECHE PÚBLICA DO CONCELHO

A Câmara de Coimbra apresentou uma candidatura ao Plano de Recuperação e Resiliência para construir a primeira creche pública do concelho, num investimento global previsto de 750 mil euros

20 REGIONAIS

INVESTIMENTO SÓ CRESCE NOS AÇORES SE HOUVER ESTABILIDADE

José Manuel Bolieiro alertou, na Assembleia Legislativa dos Açores, durante a tomada de posse do novo executivo, que o investimento só cresce na região se houver estabilidade política

# Mudança

**Pelo futuro de Portugal e das gerações vindouras, é importante dar um novo rumo ao país e, para isso, todos contam e ninguém pode ficar em casa no dia 10 de março.**



**EMÍLIA SANTOS**  
Diretora do Povo Livre

Eis-nos a poucos dias do momento mais aguardado por todos aqueles que desejam um Portugal melhor: no próximo domingo, os nossos concidadãos vão afirmar em quem confiam os destinos do país.

Ao longo desta campanha eleitoral, tornou-se particularmente evidente o contraponto existente entre um projeto político esgotado e um projeto político de mudança para um futuro de confiança.

A escolha é, pois, muito clara: de um lado, os responsáveis pelo falhanço nos setores fulcrais da nossa vida coletiva, como a Educação, a Saúde e a Habitação; do nosso lado, uma Aliança Democrática com uma visão estratégica para Portugal, mobilizada para colocar o país no rumo de um crescimento sustentado capaz de proporcionar aos portugueses as melhores condições para uma efetiva qualidade de vida e bem-estar.

Há, de facto, condições para uma verdadeira mudança.

Uma MUDANÇA na vida financeira dos portugueses, com a redução do IRC, dos escalões de IRS, principalmente para os jovens, consagrando-nos como um país de contas certas.

Uma MUDANÇA na segurança social, com o complemento solidário para idosos digno e condigno, garantindo a sustentabilidade do sistema de pensões.

Uma MUDANÇA na saúde, com o nosso plano de emergência para acabar com as filas de espera e o regresso às Parcerias Público-Privadas em prol dos cidadãos.

Uma MUDANÇA na habitação, com a redução da carga fiscal, combate à burocracia e reforço do parque público de habitação.

Uma MUDANÇA no salário mínimo, para que este atinja o patamar dos 1000 euros.

Uma MUDANÇA na Função Pública, com a dignificação das carreiras e dos salários.

Uma MUDANÇA na segurança, respeitando os seus profissionais e mantendo a ordem pública.

Uma MUDANÇA na Economia e Crescimento Económico, baseando a economia no conhecimento e inovação, reformando a fiscalidade e fazendo o país avançar.

Uma MUDANÇA na agricultura, apostando no regadio e dando as respostas que este setor tanto procura e nunca obtém.

Uma MUDANÇA no ambiente, simplificando os licenciamentos ambientais e medidas para modernizar a gestão dos recursos hídricos

Uma MUDANÇA na Cultura, incutindo nos jovens a defesa da identidade nacional e fazendo chegar este setor a todos.

Uma MUDANÇA necessária e com um rosto, LUÍS MONTENEGRO.

Por tudo isto, mas sobretudo pelo futuro de Portugal e das gerações vindouras, é importante dar um novo rumo ao país e, para isso, todos contam e ninguém pode ficar em casa no dia 10 de março.

No próximo domingo, é dia de ir a votos e é dia de votar na Aliança Democrática e em Luís Montenegro.

# QUEREMOS O ESTADO SOCIAL A SERVIR AS PESSOAS



Luís Montenegro acusa o PS de deixar “o Estado todo partido” e “o partido todo no Governo”, prometendo que com a AD haverá melhores serviços de saúde e educação, sem partidarização.



Na quarta-feira, 28 de fevereiro, num comício da Aliança Democrática (AD) em Évora, Luís Montenegro alegou também que o PS quer o “Estado a decidir” a vida das pessoas, enquanto a coligação PSD/CDS-PP/PPM quer dar-lhes “instrumentos para cada um ser na vida aquilo que ambiciona”.

Para o líder da AD, “esta é uma diferença estrutural” entre os dois projetos, “o PS quer mais Estado, quer utilizar o Estado para si próprio, e no fim do dia deixa sempre as coisas muito pior”.

“O Estado social socialista hoje é uma vergonha, que envergonha a esquerda, que envergonha os princípios socialistas”, considerou.

Luís Montenegro argumentou que perante “maus resultados” não se deve insistir “na mesma receita”, e sustentou que com as “políticas diferentes” da AD haverá melhores serviços de saúde e educação, “um verdadeiro Estado social”.

“Nós não queremos o Estado partido, nem queremos o Estado social a não dar às pessoas a respostas que elas querem e merecem. Nem queremos o partido, mesmo que fosse o nosso, no Estado. O Estado é dos cidadãos, o Estado exis-

te para servir os cidadãos. Nós só queremos o poder para dar os instrumentos de que os cidadãos precisam para criar riqueza e serem na vida aquilo que ambicionam”, afirmou.

Em Évora, que vai ser Capital Europeia da Cultura em 2027, Luís Montenegro destacou propostas para este setor, para “transformar a criatividade em valor”, defendendo que “a cultura não é património da esquerda” e que “as grandes transformações, as grandes conquistas culturais em Portugal até estão associadas à AD”.

“No nosso programa propomos que no final desta legislatura a despesa com cultura seja 50% superior àquela que os socialistas nos deixaram. Não é fácil, mas nós vamos atingir esse objetivo. Por isso, nós propomos que na escola haja uma valorização do ensino das artes, do teatro, da música, da expressão plástica”, referiu.

A AD quer fazer “uma verdadeira lei do mecenato que possa dar aos criadores, aos produtores culturais, aos agentes da cultura meios financeiros para poderem promover a sua atividade”, por entender que, mesmo quando não tem ren-

mera hipótese de o PS ganhar eleições significa o falhanço total do sistema de alternância democrática que fundámos no 25 de Abril”, afirmou.

Na sua intervenção, o autarca lisboeta censurou o PS por ter criado “o caos” e agora querer “diabolizar todos quantos falem sobre imigração”. “É por isso que precisamos de olhar para a imigração com responsabilidade e dizer: para recebermos com dignidade os imigran-

tes, então temos de garantir que eles têm as condições para viver em Portugal. Nós precisamos deles, mas com dignidade, a AD tem de falar nisto”, especificou.

Carlos Moedas apelou aos portugueses para que escolham “a honestidade e não a desonestidade, fazer e não fingir que se faz, a competência e não a incompetência, a moderação e não o radicalismo”.

“Vamos ganhar com muita força”, concluiu.



# PS QUER APENAS MANTER AS PESSOAS NA POBREZA



Luís Montenegro diz que o projeto do PS passa por “manter as pessoas na pobreza” para ficarem dependentes do Estado. Ao mesmo tempo, acusou o Governo de se “ter estado nas tintas para a agricultura”.



Na quinta-feira, num jantar-comício em Ourém perante mais de mil apoiantes, Luís Montenegro defendeu que a AD é capaz de fazer “muito mais do que o PS diz que é capaz de fazer e muitíssimo mais do que fez nos últimos anos”.

O líder da AD lembrou que a candidatura do PSD-CDS/PP-PPM “não se quer distrair muito a falar do seu adversário”. “Quando dizemos que baixamos os impostos queremos dizer duas coisas: às pessoas que trabalham, que vale a pena trabalhar. Não aceito um país em que muita gente que trabalha tem menos dinheiro do que muita gente que não trabalha”, disse, recolhendo um grande aplauso na sala.

Luís Montenegro salientou que a descida dos impostos sobre os cidadãos visa aumentar o rendimento dos trabalhadores e, quanto à redução fiscal para as empresas, “não é para enriquecer os patrões”, mas para que possam criar mais riqueza e acabar com o “ciclo de pobreza”.

“Essa é outra característica do projeto socialista: manter as pessoas na pobreza para elas ficarem dependentes das ajudas do Estado e tirar partido daquilo que é a utilização dos recursos que são de todos nós”, acusou.

Em Ourém, Luís Montenegro fez questão de sublinhar que a agricultura será uma aposta estratégica para de um executivo liderado pela AD. “É mesmo caso para dizer que, nos últimos anos, por opção, diria mesmo por convicção, o PS esteve-se nas tintas para a agricultura”, criticou.

Numa intervenção de cerca de 30 minutos, Luís Montenegro agradeceu a participação na campanha da antiga líder do CDS-PP Assunção Cristas, que considerou “uma excelente ministra”, e do cabeça de lista da AD em Santarém, Eduardo Oliveira e Sousa, por ter abdicado de uma “vida tranquila” para aceitar este desafio.

Assunção Cristas apelou à “concentração de votos” na coligação PSD/CDS-PP/PPM, sustentando que, “direta ou indiretamente”, todas as outras opções “vão parar ao mesmo, que é a continuidade do PS” no governo.

“A mudança tem um único nome, um único voto seguro, um único que eu diria 100% à prova de tudo. Essa mudança e esse voto é na AD e é em Luís Montenegro”, apontou.

Eduardo Oliveira e Sousa, antigo presidente da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), encabeça a lista da AD por Santarém.



No distrito de Aveiro

# QUEREMOS DAR UM FUTURO AOS JOVENS

Luís Montenegro garante que só governa se a AD ganhar as eleições por respeito à vontade popular.

”

Eu disse antes, estou a dizer durante e é mesmo o meu compromisso: eu só governarei como primeiro-ministro se ganhar as eleições”

Na sexta-feira, 1 de março, num comício da Aliança Democrática (AD) no Europarque, em Santa Maria da Feira, o líder da AD rejeitou quaisquer arranjos partidários. “Eu quero respeitar a vossa decisão. Eu quero a legitimidade da vossa vontade. Eu não vim para fazer arranjos partidários. Eu não vim para vacilar nos princípios e nos valores em que sempre acreditei”, referiu.

Luís Montenegro reiterou que o seu foco é melhorar a vida dos portugueses. “Eu vim para mudar o país, eu vim para acreditar nas pessoas, eu vim para dar aos jovens um futuro, eu vim para ter uma classe média forte, eu vim para ver os pensionistas, os avós com dignidade ao lado dos seus filhos e ao lado dos seus netos. Nós estamos aqui para receber do povo o mandato para mudar a vida do país”, apontou.

Neste comício, Luís Montenegro estabeleceu a diferença entre a AD e o PS. “Do outro lado do PS temos o maior exercício de instabilidade da história da democracia portuguesa. Um governo que dispõe de maioria absoluta no parlamento e que não é capaz de se aguentar é ou não é o cúmulo da instabilidade política”, questionou.

Segundo Luís Montenegro, enquanto ministro das Infraestruturas, o que Pedro Nuno Santos fez na ferrovia foi “deixar tudo aquilo que estava planeado, orçamentado e financiado na gaveta”, e na gestão TAP decidiu “por capricho ideológico nacionalizar uma companhia que estava em processo de privatização, injetar 3.200 milhões de euros do dinheiro dos contribuintes e no fim do dia ir privatizá-la na mesma”.

Em relação aos funcionários públicos, defendeu que “devem ter um sistema de progressão sempre e só influenciado pelo seu desempenho, pelo seu mérito”, que, prometeu, “estará sempre à frente do cartão partidário”. “Para nós, a Administração Pública, os



funcionários públicos devem ter carreiras atrativas – estamos com um problema de recrutamento de pessoas para trabalhar nos nossos serviços públicos – e devem ter um sistema de progressão sempre e só influenciado pelo seu desempenho, pelo seu mérito, pela sua capacidade de atingir resultados”, afirmou.

Por sua vez, o antigo primeiro-ministro Durão Barroso criticou a alteração do símbolo institucional do Executivo, dizendo que os que não se identificam com o brasão de armas nacional “não são verdadeiros portugueses”. “Diziam eles que o logótipo, as nossas antigas armas, não eram suficientemente inclusivas, que há uma parte das pessoas que não se identificam com elas. Mas se esses portugueses não se identificam com o nosso brasão de armas, então para mim não são verdadeiros portugueses, nós não temos símbolos mais inclusivos do que es-

ses”, ressaltou, agradecendo a Luís Montenegro já ter assegurado que, se for primeiro-ministro, deixará de usar o novo símbolo.

Durão Barroso invocou a sua experiência como Presidente da Comissão Europeia para recordar o período entre 2011 e 2014. “É preciso lembrar como fomos para lá e como saímos. Quem pôs Portugal na situação de bancarrota foi o Governo do PS, depois houve um programa de ajustamento difícilíssimo, e o Governo de José Sócrates foi substituído pelo de Pedro Passos Coelho”, sublinhou.

E lembrou ainda que Portugal conseguiu sair desse programa único em três anos, quando a Grécia demorou oito e teve três programas.

Emídio Sousa, Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, função que exerce desde 19 de outubro de 2013, é o cabeça de lista da AD por Aveiro.





# CONTAMOS COM OS JOVENS PARA CRIARMOS UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA



”

Eu quero-vos cá, nós precisamos de vocês cá, vocês são imprescindíveis para termos uma sociedade justa, uma sociedade produtiva, competitiva, que crie riqueza”

Luís Montenegro conta com os jovens para mudar Portugal e para protagonizar um novo ciclo de governação, com menos impostos e mais crescimento económico, inspirado no modelo de Aníbal Cavaco Silva.

“Eu quero-vos cá, nós precisamos de vocês cá, vocês são imprescindíveis para termos uma sociedade justa, uma sociedade produtiva, competitiva, que crie riqueza”, afirmou.

No sábado, num encontro com a juventude em Famalicão, depois de ter estado em Amarante, na Trofa e em Braga, o líder da AD declarou que a presença de muitos jovens nesta campanha “é a primeira garantia” que não só a AD vai vencer, como vai “transformar a vida do país”.

Luís Montenegro recordou as medidas do programa da AD dirigidas especificamente aos jovens, como uma taxa máxima de IRS de 15% até aos 35 anos, isenções fiscais na compra da primeira casa ou a promessa de ensino universal e gratuito dos zero aos seis anos.

“É um estímulo para que fiquem cá, eu

não quero que vocês emigrem, nem hoje nem amanhã”, apelou.

O líder da AD assegurou que vai criar condições para travar a emigração de jovens, para juntar “a família de Portugal”.

“É para eles poderem estar junto das suas famílias e dos seus amigos, e é também para que os seus pais e os seus avós não fiquem com aquele aperto no coração de olharem em volta e verem que os seus filhos e os seus netos estão a muitos milhares de quilómetros de distância. É a olhar para a família de Portugal que nós estamos aqui”, assinalou.

Nesta ocasião, Luís Montenegro dirigiu-se também aos “reformados, aposentados”, para lhes dizer que quer “que continuem a ter uma vida ativa” e “não lhes falte aquilo que é essencial: dinheiro para terem uma boa alimentação, dinheiro para poderem ir à farmácia buscar os medicamentos de que precisam, dinheiro para terem uma vida feliz ao lado dos seus filhos e dos seus netos”.

Num almoço-comício na Trofa, peran-



te 2.000 simpatizantes, o Presidente da Câmara do Porto, Rui Moreira, anunciou que votará na Aliança Democrática nas eleições legislativas de dia 10, porque “ser independente não é ser neutral”.

“Meu caro Luís [Montenegro], nós não temos medo, o país não vai votar por medo. Eu, pela minha parte, já fiz a minha escolha: eu vou votar AD, espero que votem AD e que no dia 10 lhe possa telefonar a dar os parabéns”, disse. Rui Moreira justificou ainda o seu

apoio à AD quer pelas qualidades humanas e políticas de Montenegro, quer pelo projeto económico da coligação, defendendo que “é preciso criar mais riqueza para combater a pobreza”.

“As metas da AD são possíveis, é possível crescer, criar mais rendimento (...). Não nos proibam de sonhar, não nos tentem meter medo”, pediu, dizendo que nos anos 80 do século passado o país teve crescimentos de 6%, que considerou poderem voltar a ser





possíveis se o Estado “não estiver permanentemente a segurar as rédeas”. O autarca questionou porque é que a classe média – que “sustenta o Estado social com os seus impostos, mas não beneficia dele” – “deixou de confiar na escola pública e se vê obrigada a ter seguros de saúde”.

Antes, o líder do CDS-PP, Nuno Melo, fez questão de repetir o apelo aos indecisos, depois de em Santa Maria da Feira se ter enganado e pedido o voto em Pedro Nuno Santos, que rapidamente corrigiu, mas que se tornou viral e até já foi comentada pelo secretário-geral do PS.

No comício de Braga, durante a tarde, Luís Filipe Menezes perguntou “onde estão ex-líderes do PS”, como Vítor Constâncio, Ferro Rodrigues ou António José Seguro, e considerou que a presença de António Costa na campanha socialista é “tentativa desesperada de branquear falhanço” de Pedro Nuno Santos.

“Eu sei que o líder do PS adora automóveis de luxo – agora parece que os esconde – mas o comparar o doutor Nuno Santos com o professor Cavaco Silva é comparar um Ferrari com um

calhambeque encostado numa garagem, não se compare”, apelou.

Neste comício, que contou com a presença na primeira fila do ex-ministro da Administração Interna Miguel Macedo, o cabeça de lista da AD por Braga e Secretário-geral do PSD, Hugo Soares, também pôs a tónica nas críticas a Pedro Nuno Santos, que acusou de “acenar com o papão e o lobo mau” sobre a campanha da AD.

“Todos conhecemos a história do Pedro e do lobo mau, não faça como na história, tantas vezes acena com o papão, tantas vezes acena com o lobo mau, que qualquer dia já ninguém acredita em Pedro Nuno Santos”, criticou.

Hugo Soares também aludiu à presença de António Costa na campanha do PS e disse que é o “momento de perguntar porque é que Pedro Nuno Santos, que não serviu para ministro, serviria para primeiro-ministro de Portugal”.

“O Luís é um de nós, acabou essa coisa dos sebastianismos, vamos mesmo ter um primeiro-ministro de Portugal que é um de nós, como eu, como qualquer português”, concluiu.



EM VISEU E COIMBRA

# TEMOS CONDIÇÕES PARA SERMOS UM PAÍS MAIS PRÓSPERO



Luís Montenegro considera que “a verdadeira etapa” começa no dia seguinte às eleições, e garantiu que não se vai distrair com “pequenos episódios” nem vai perder tempo com “jogos políticos”.

“Este plano é mesmo para mudar o país. Evidentemente que, para mudar o país é preciso ganhar as eleições, mas o nosso plano político não se vai esgotar no domingo; domingo é só uma pequena etapa, a verdadeira etapa começa segunda-feira, dia 11 de março”, declarou.

No domingo, num comício em Viseu, perante 1.200 apoiantes, o líder da AD afirmou que na campanha eleitoral “há muita gente entretida com outras coisas”, mas assegurou que não o vão demover do seu objetivo:

“não é falar das pequenas coisas, dos pequenos episódios, é explicar a Portugal que nós temos tudo na nossa mão para sermos um país mais próspero e, sendo mais próspero, mais justo”.

Luís Montenegro acrescentou que não veio para “as notícias de jornais ou telejornais”. “Nós viemos para dar felicidade a cada ser humano e a cada português, entretenham-se outros com aquilo que é acessório”, apontou.

Luís Montenegro reafirmou o “compromisso inalienável” com os reformados e pensionistas de atualizar todos os anos, “sem exceção”, as pensões de acordo com a lei; atualizar mais as pensões mais baixas “dentro da medida do possível”; e, no

período da legislatura, garantir que “quem for pensionista e não tiver rendimentos suficientes verá complementado o valor da sua reforma” até atingir os 820 euros.

Em Viseu, Luís Montenegro recordou uma conversa com uma senhora na Feira de São Mateus, quando começou a iniciativa “Sentir Portugal”, que lhe disse a chorar que o filho enfermeiro tinha decidido naquele dia ir trabalhar para o estrangeiro. “Nunca mais me esqueci da mensagem que ela me transmitiu agarrando-me e dizendo: espero que faça alguma coisa para que as mães de Portugal não tenham de passar por aquilo que eu estou a passar”, disse.

O líder da AD pretende “estancar esta hemorragia de capital humano que

está a prejudicar o presente e o futuro de Portugal”. “Mães ou avós, pais ou avôs, de facto esta sociedade, este país que temos hoje está a afastar as famílias, está a desperdiçar o maior capital que nós temos, os mais jovens”, lamentou.

António Leitão Amaro é o cabeça de lista da AD por Viseu.

Durante a tarde, o antigo primeiro-ministro Pedro Santana Lopes juntou-se à campanha da AD e acusou António Costa de descaramento pelas críticas que fez a ex-líderes do PSD, referindo que “nenhum se demitiu por peripécias passadas no seu gabinete”.

Rita Alarcão Júdice é a cabeça de lista da AD por Coimbra.



EM VILA REAL E BRAGANÇA

# UMA SOCIEDADE FORTE TRAZ CRESCIMENTO

”

Se a campanha do PS e do meu principal adversário é andar a meter medo às pessoas, é querer vir com estas coisas de que vai cortar, vai fazer e acontecer, era importante que ele pudesse parar, pensar naquilo que diz”



Luís Montenegro critica o secretário-geral do PS por estar a incutir medo e insistir num discurso que “divide a sociedade” portuguesa.

“Se a campanha do PS e do meu principal adversário é andar a meter medo às pessoas, é querer vir com estas coisas de que vai cortar, vai fazer e acontecer, era importante que ele pudesse parar, pensar naquilo que diz”, afirmou.

Na segunda-feira, num comício da Aliança Democrática (AD) no auditório do Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros, Luís Montenegro sublinhou que, no dia 10 de março,

o que “está em cima da mesa são duas formas de estar diferentes, são duas formas diferentes de ver o país, são duas formas diferentes de ver a condição humana individualizada de cada um na sociedade, são duas formas diferentes de conceber o país e de conceber a vida de cada um”.

No entender de Luís Montenegro, “se por acaso as pessoas acreditam mais numa conceção em que o Estado, o Governo, o PS diz às pessoas o que é que elas devem ser, diz que umas são boas e as outras são más, diz que os seus adversários estão a pensar em trazer cortes, em trazer

malfeitorias às pessoas, se as pessoas mesmo acreditam nisso têm mesmo de votar no PS”.

O líder da AD acredita que “uma sociedade forte é que traz crescimento” e não quer dizer às pessoas “o que elas têm de fazer”, quer dar-lhes “os instrumentos para elas fazerem aquilo que sabem, aquilo que querem”.

“Quem tem de alavancar a sociedade não é o Estado, são as pessoas, são as instituições, são as empresas, são os agricultores, são os comerciantes, são aqueles que nas indústrias põem parte do seu capital a arriscar em nome de todos”, reforçou.

Em Chaves e depois em Bragança, Luís Montenegro defendeu mais economia, emprego, saúde, educação, habitação e mais retribuição a quem trabalha.

“Temos mais quatro dias de campanha eleitoral. E teremos no dia 10, no próximo domingo, a oportunidade de mudar o futuro do nosso país. Quero contar com todos até domingo para darmos tudo por tudo até ao último segundo para levar o máximo de pessoas a votar, para conquistarmos uma vitória, e com base na confiança direta do povo governarmos Portugal”, apelou.

Luís Montenegro garantiu que a AD irá dar “uma resposta para aquilo que é mais importante na vida das pessoas: mais economia, mais emprego, mais saúde, mais educação, mais habitação e uma oportunidade para todos em Portugal”.

Hernâni Dias é o cabeça de lista da AD pelo círculo eleitoral de Bragança e Amílcar Almeida é o “número um” da AD pelo distrito de Vila Real.



NO DISTRITO DE LEIRIA

# SÓ A AD TEM SOLUÇÕES PARA O PAÍS

Luís Montenegro falou na terça-feira à noite para todos aqueles eleitores que “votaram e que, porventura”, estão descontentes para lhes deixar “algumas palavras de respeito”.

“Eu quero, portanto, dizer a essas pessoas que as compreendo e sei que elas não são extremistas, e sei que elas não são racistas, e sei que elas não são xenófobas. E também sei que elas acham que o líder deste partido não vai resolver nada. E também sei que elas sabem que o programa deste partido não traz soluções. (...) Eu acho que, em Portugal, já chega de socialismo e chega de Chega também”, sublinhou.

Num jantar-comício da Aliança Democrática perante 2.500 pessoas, nas Caldas da Rainha, o líder da AD foi, uma vez mais, perentório sobre entendimentos com o Chega: “Não é não”.

Segundo o líder da AD, até esses eventuais eleitores “acham que o líder deste partido não vai resolver nada” e que “o programa deste partido não traz soluções”, mas têm um “sentimento de protesto”.

E lembrou, ainda, que “nos últimos 28 anos o PS governou 22” e considerou que “o principal destinatário deste protesto é, portanto, o PS”.

“Eu quero, portanto, dizer-lhes, que até domingo, até à hora em que vão em cada secção de voto exercer o seu direito cívico e político, é tempo de reponderarem, de aprofundarem a sua avaliação da situação e contribuirem ativamente para ter uma mudança política e governativa em Portugal”, reforçou.

Antes, Luís Montenegro sustentou que a coligação PSD/CDS-PP/PPM já “reúne muita gente que votou nou-

tros partidos nas últimas eleições, a começar no PS” e que “se desiludiram, se dececionaram”.

Neste comício, também discursou o antigo presidente do CDS-PP e ex-vice-primeiro-ministro Paulo Portas, que apelou: as eleições “ainda não estão decididas, avançámos sim, mas ainda não o suficiente para ter a certeza de que Pedro Nuno Santos não será primeiro-ministro”.

Paulo Portas deixou críticas ao atual Governo do PS, que acusou de fracasso ao nível das políticas públicas, destacando que ainda há 40 mil alunos sem professor a pelo menos uma disciplina e que há mais 500.000 portugueses sem médico de família do que em 2016.

Para o antigo vice-primeiro-ministro, o PS falhou também a tentativa de centrar a campanha no passado

e no “período difícil da ‘troika’”, pelo qual responsabilizou os socialistas. “Quando não podem defender o presente, quando tentam falsear o passado, isso é um belíssimo indicador de que o PS não tem mérito para ter futuro”, acusou.

Num discurso de cerca de 40 minutos, Paulo Portas elogiou o líder da AD, pelas suas posições constantes e coerentes sobre o tema da governabilidade. “O que disse Luís Montenegro: governo se ganhar, aceito governar em maioria relativa se necessário e não haverá acordos com extremistas. Estas três coisas qualquer pessoa sabe sobre Luís Montenegro”, disse.

Telmo Faria, ex-Presidente da Câmara Municipal de Óbidos, é o cabeça de lista da AD por Leiria.







# CÂMARA DE COIMBRA QUER CONSTRUIR PRIMEIRA CRECHE PÚBLICA DO CONCELHO

A Câmara de Coimbra apresentou uma candidatura ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para construir a primeira creche pública do concelho, num investimento global previsto de 750 mil euros.

A candidatura prevê arrecadar um apoio do PRR de 336 mil euros para criar a primeira creche pública de Coimbra, aproveitando o edifício municipal da rua General Humberto Delgado, na Solum, onde funcionava o jardim de infância, disse o município, em nota de imprensa.

O projeto contempla a criação de 84 vagas.

Segundo a autarquia, está prevista uma reconversão do edifício para acolher a creche, dividida em duas salas para 20 crianças até à aquisição de marcha, outras duas salas para 28 crianças até aos 24 meses e outras duas para 36 crianças com idade entre os 24 e os 36 meses.

A creche prevê a contratação de cinco educadores e 16 assistentes operacionais, tendo sido submetida a candidatura ao PRR na quarta-feira, informou o município.

O projeto, que teve aprovação do Conselho Local de Ação Social de Coimbra, procura “responder às necessidades reais das famílias e alargar a capacidade da resposta social de creche no concelho, bem como facilitar a conciliação da vida familiar e profissional dos agregados familiares”, referiu.

O novo edifício, com uma área de construção de 582 metros quadrados, desenvolve-se num único piso, com os espaços de permanência “voltados para o interior do quarteirão, sem relação direta com os arruamentos, procurando, deste modo potenciar uma maior tranquilidade no desenvolvimento das atividades diárias”, realçou a Câmara de Coimbra.



## LISBOA

# CENTRO DE APOIO AOS SEM-ABRIGO TRANSFERIDO PARA A ALA NORTE DO COMPLEXO DA MANUTENÇÃO MILITAR

O centro de alojamento do Quartel de Santa Bárbara, em Lisboa, para pessoas em situação de sem-abrigo, vai ser deslocalizado até ao final do ano para a ala norte da Manutenção Militar, no Beato, anunciou a câmara municipal.

Esse anúncio resulta do acordo de “cedência por parte do Governo” do imóvel da ala norte do complexo da Manutenção Militar, na Rua do Grilo, na freguesia lisboeta do Beato, que “irá vigorar pelo período de 20 anos, podendo ser prorrogada por acordo das partes até uma duração máxima de 50 anos”, indicou a Câmara Municipal de Lisboa (CML), em comunicado.

Este espaço no Beato, que será o novo centro de alojamento de emergência municipal, assegurando o apoio a pessoas em situação de sem-abrigo, “será alvo de obras profundas de intervenção e adaptação para o fim a que se destina e deverá estar operacional até ao final do presente ano”, referiu a autarquia.

O centro de alojamento no Quartel de Santa Bárbara, em Arroios, foi inaugurado em 2021, em contexto de emergência da pandemia covid-19, para prestar apoio às pessoas em situação de sem-abrigo. A abertura deste espaço resultou de um investimento de 1,2 milhões de euros. O atual executivo, sob liderança de PSD/CDS-PP, foi confrontado com o pedido da Fundiestamo, empresa que gere o património público, para desocupação do Quartel de Santa Bárbara, porque o imóvel será utilizado para construção de habitação para arrendamento acessível. O prazo para desocupação deste imóvel era até 30 de setembro de 2023, mas o mesmo não se concretizou porque a CML aguardava resposta do Governo sobre um espaço alternativo para acolher o centro de alojamento de emergência municipal, nomeadamente a ala norte do complexo da Manutenção Militar. Nove meses depois de os órgãos municipais começarem a discutir o tema da deslocalização deste centro de alojamento, a CML garantiu hoje que “a necessária retirada da unidade existente no Quartel de Santa Bárbara irá ser substituída com um novo espaço situado na ala norte do complexo da Manutenção Militar”,

referindo que este local foi “desde sempre apresentado como a melhor alternativa e solução possível para o futuro no acolhimento das pessoas em situação de sem-abrigo em Lisboa”.

Carlos Moedas (PSD), disse que “este era um problema que já se arrastava há bastante tempo” e para o qual o executivo municipal não deixou de procurar sempre a melhor solução possível.

“Desde a primeira hora procurámos sensibilizar o Governo para que aceitasse a nossa proposta, mas depois de muitas hesitações e respostas contraditórias, foi finalmente possível chegar a este desfecho. É um sinal importante, numa área social extremamente complexa e com desafios cada vez mais exigentes. Estamos a investir fortemente nas políticas de resposta para as pessoas em situação de sem-abrigo e este é mais um passo importante para essa estratégia”, declarou o social-democrata.

Carlos Moedas frisou que a problemática das pessoas sem-abrigo “não é um tema fácil e é um problema que existe na cidade”, assegurando que a CML se mantém a trabalhar para combater esta situação e “fazer de Lisboa uma cidade que cuida”.

“Uma cidade que trata de quem mais precisa. Uma cidade que não deixa ninguém para trás e é nesse sentido que estamos a implementar a maior resposta de sempre às pessoas em situação de sem-abrigo”, realçou o autarca.

Em 13 de dezembro de 2023, a CML aprovou submeter a discussão pública o projeto do Plano Municipal para a Pessoa em Situação de Sem-Abrigo (PMPSA) 2024-2030, que tem como objetivos estratégicos prevenir e reduzir as pessoas que dormem na rua, prevendo um investimento total de “cerca de 70 milhões de euros”.



## XIV GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES

# INVESTIMENTO SÓ CRESCE NOS AÇORES SE HOVER ESTABILIDADE

José Manuel Bolieiro alertou, na Assembleia Legislativa da região, durante a tomada de posse do novo executivo, que o investimento só cresce na região se houver estabilidade política.

“O alerta que, desde já, sinalizo é o de que o investimento só cresce, mesmo na presença de um bom sistema de incentivos, se houver estabilidade política geradora de um ambiente económico propício à confiança por parte dos agentes privados”, disse.

“Só assim se pode atrair o investimento, também externo, necessário para a transformação económica que os Açores precisam e que os açorianos ambicionam”, acrescentou.

O líder do governo regional falava na segunda-feira, dia 4 de março, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, na ilha do Faial, depois de tomar posse como Presidente do XIV Governo Regional.

No seu discurso, José Manuel Bolieiro prometeu que vai continuar com a Tarifa Açores (permite aos residentes no arquipélago viajar de avião entre ilhas por um valor máximo de 60 euros, ida e volta) e prosseguirá as reformas inovadoras na área social, “concretizando medidas que contribuirão para a melhoria da qualidade de vida dos mais necessitados, dos mais frágeis e, também, para aliviar o orçamento da classe média”.

O XIV Governo dos Açores também apostará na Educação e continuará a promover o acesso gratuito aos meios educativos para os mais jovens para “combater com eficácia o insucesso escolar”.

“Continuaremos a caminhar para a generalização da gratuidade do acesso às creches para todas as crianças açorianas. Continuaremos com o Programa Novos Idosos, levando-o a outras geografias. Continuaremos o Programa Nascer+, alargando-o a outros concelhos, apoiando os jovens pais, facilitando, desta forma, o aumento da natalidade”, disse.

José Manuel Bolieiro está empenhado em promover uma “saúde de proximidade e de qualidade” e disse que “tudo fará para que a estabilidade laboral dos trabalhadores da área da saúde seja assegurada e para que as suas carreiras sejam dignificadas”.

Também prometeu continuar o trabalho do XIII Governo, para que o direito à habitação seja uma realidade na região.

“Queremos que a economia açoriana continue a crescer e esteja mais bem preparada para, no quadro do mundo atual, poder sustentar as ambições dos açorianos”, desejou.

O executivo liderado por José Manuel Bolieiro prosseguirá com as políticas necessárias “para consolidar os Açores como destino turístico de referência em termos de sustentabilidade” e valorizará a produtividade na agricultura e nas pescas.



Na sua intervenção, garantiu ainda que o executivo que lidera “terá uma postura de diálogo com o novo Governo da República” que sairá das eleições legislativas de domingo, “seja ele qual for”.

“Mas, também, e seja ele qual for, não abdicaremos de fazer valer a concretização das responsabilidades do Estado e do cumprimento leal dos compromissos já assumidos para com os Açores. Do mesmo modo, não abdicaremos de participação determinante na gestão do mar e do espaço, áreas em que interesses da região e do Estado não se anulam ou se confrontam, no interesse de todos devem respeitar-se”, disse.

Em 4 de fevereiro, a coligação PSD/CDS-PP/PPM venceu as regionais com 43,56% dos votos e elegeu 26 dos 57 deputados da Assembleia Legislativa. O novo Governo Regional dos Açores tomou posse perante a Assembleia Legislativa da região, na cidade da Horta, numa cerimónia que começou pelas 15h00 locais (16h00 em Lisboa).

No dia 22 de fevereiro tomaram posse os novos 57 deputados eleitos nas eleições regionais do dia 4 e o social-democrata Luís Garcia foi reeleito presidente da Assembleia Legislativa. Com a entrada em funções, o novo executivo de coligação PSD/CDS-PP/PPM tem 10 dias para entregar, na Assembleia Regional, o Programa do Governo, o documento que contém as principais orientações políticas e as medidas a propor para toda a legislatura.

# GOVERNO DOS AÇORES QUER COMBATE CÉLERE AOS CONSTRANGIMENTOS DA JUSTIÇA

O subsecretário regional da Presidência do Governo dos Açores insistiu que a República deve agir de “forma célere” para combater os constrangimentos materiais que dificultam o trabalho dos agentes da justiça.

“Compreendo que o momento político que Portugal vive, com um Governo em gestão, aguardando o início de uma nova legislatura, não justifica que faça um apelo, como fiz noutras ocasiões sobre outras matérias, para que a República aja de uma forma célere para colmatar todos os constrangimentos materiais que dificultam o trabalho dos agentes dos setores que constroem a nossa justiça. Mas, deixo o registo de que

esse trabalho tem de ser feito”, afirmou Pedro Faria e Castro.

O governante falava no dia 29 de fevereiro, em Ponta Delgada, em representação do presidente do Governo Regional dos Açores, José Manuel Bolieiro, na sessão de abertura do congresso do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, que decorre na ilha de São Miguel até sexta-feira.

O responsável pela pasta da cooperação externa do executivo açoriano insistiu ainda é “muito importante para a Região Autónoma dos Açores que a soberania do Estado seja devidamente assegurada e assumida nestas ilhas, nas suas várias vertentes”.

De acordo com Pedro Faria e Castro, a defesa, a segurança pública e a justiça “são os pilares de um Estado democrático que preserva a unidade nacional no respeito pelo princípio da subsidiariedade, particularmente nas regiões autónomas, porque sem essas funções de soberania não há social, não há economia, não há cultura, não há região”.

O responsável político considerou, por outro lado, que as polícias “têm um trabalho cada vez mais difícil nas ilhas, devido a uma conjugação de fatores como a dispersão geográfica, uma extensa linha de costa, com as capacidades tecnológicas que permitem limitar e iludir os meios de investigação e até mesmo o qua-

dro legal vigente, que nem sempre acompanha os tempos”.

De acordo com Pedro Faria e Castro, para a região e o seu governo “interessa cumprir o interesse regional que se conjuga e integra no interesse nacional, daí a importância de se manter um permanente diálogo com os órgãos de soberania e, em particular, com o Governo da República”.

A meta é “garantir que as matérias de governação da responsabilidade do Estado – e, portanto, não regionalizadas – obtenham os resultados necessários ao cumprimento dos seus objetivos”, sendo “a justiça uma delas”, acrescentou.



# JOÃO BRUTO DA COSTA ELEITO LÍDER PARLAMENTAR DO PSD/AÇORES

O deputado João Bruto da Costa foi eleito, no dia 4 de março, líder parlamentar do PSD/Açores para a nova legislatura, tendo como vice-Presidentes Délia Melo, Paulo Gomes e Sabrina Furtado.

O grupo parlamentar elegeu ainda como secretários da bancada social-democrata os deputados Salomé Matos e Luís Raposo.

A direção do grupo parlamentar do PSD na Assembleia Legislativa dos Açores foi eleita com 91% dos votos dos deputados.



# Povo livre

Número 544 • 7 de Fevereiro de 1985 • Preço 30\$00

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: MANUEL PEREIRA

## II CONSELHO NACIONAL/85 (Extraordinário) CONVOCATÓRIA

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do art.º 26.º dos Estatutos, convoco o Conselho Nacional para reunir extraordinariamente no dia 9 de Fevereiro, com início às 10 horas, no Hotel Altis, em Lisboa, com a seguinte

### ORDEM DE TRABALHOS

1. *Apreciação e votação do pedido de demissão da CPN e deliberações consequentes.*

Lisboa, 5 de Fevereiro de 1985.

O Presidente da Mesa do Conselho Nacional  
*Leonardo Ribeiro de Almeida*

## III CONSELHO NACIONAL/85 (Extraordinário) CONVOCATÓRIA

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do art.º 26.º dos Estatutos, convoco o Conselho Nacional para reunir extraordinariamente nos dias 9 e 10 de Fevereiro, com início às 15.00 horas, no Hotel Altis, em Lisboa, com a seguinte

### ORDEM DE TRABALHOS

1. *Análise da situação político-partidária.*
2. *Regulamento do Congresso.*

Lisboa, 5 de Fevereiro de 1984.

O Presidente da Mesa do Conselho Nacional  
*Leonardo Ribeiro de Almeida*

# DECLARAÇÃO DE MOTA PINTO

No final da reunião da Comissão Política Nacional da passada terça-feira, Mota Pinto fez a seguinte declaração aos órgãos de Comunicação Social:

Assumi há quase dois anos, em altura de grande dificuldade interna no País e no Partido, funções de direcção política no PSD e penso ter, logo no início, contribuído bastante para um bom resultado eleitoral do Partido. Ainda antes das eleições, logo a seguir a elas e, ao longo de todo este tempo, minorias extremamente aguerridas e apostadas numa acção contínua de desgaste, por todos os meios, da minha direcção entraram em actividade constante de oposição interna.

No último... semana-

na, uma vez que questões muito complexas se põem este ano ao Povo Português e ao PSD e uma vez que a guerrilha de desgaste é permanente, entendí conveniente colocar os membros do Conselho Nacional do PSD e essas minorias perante as suas responsabilidades. Por isso declarei ser necessário um voto de apoio e confiança, com maioria nítida, substancial, para continuar as minhas funções directivas. Uma moção nesse sentido ganhou por maioria absoluta; teve mais votos que a soma dos votos das oposições in-



ternas. Considero, todavia, que a maioria absoluta verificada é insuficiente e não é a maioria nítida, substancial, pedida.

Uma razão de coerência com a posição tomada e de respeito por mim próprio leva-me, assim, a ter de comunicar a minha demissão de Presidente da Comissão Política Nacional do PSD, com cessação imediata de funções, permanecendo, todavia, como militante. A razão de ser do comportamento a que sou ético e moralmente forçado reside, assim, na atitude dos promotores da permanente e desgastante contestação interna, por vezes exercida sem elevação.

Espero que próximo Congresso do nosso

PPD/PSD encontre solução que poupe os militantes e os votantes de um grande Partido, com grandes responsabilidades nacionais, ao espectáculo quase mensal, nos Conselhos, e, mais frequente, na comunicação social, da divisão e do afrontamento excessivos.

Mas, porque prezo o valor da estabilidade governativa e política, e porque a minha saída imediata poderia ser nociva a essa estabilidade, não formalizo hoje nenhum pedido de exoneração das funções que exerceo no Governo. Naturalmente, coloco o meu lugar à disposição, pretendendo apenas que uma solução seja encontrada brevemente entre os partidos da coligação.

## COMUNICADO DA COMISSÃO POLITICA NACIONAL

A Comissão Política Nacional debateu a situação político-partidária e deliberou apresentar um pedido de demissão ao Conselho Nacional, querendo a sua convocação extraordinária neste efeito, para o próximo dia 9, às 10 horas.

Lisboa, 5 de Fevereiro de 1985.

O Presidente da  
Comissão Política Nacional

## Povo livre

Por dificuldades de ordem técnica, «Povo livre» é publicado esta semana com um dia de atraso.

## MANIFESTAÇÕES DE SOLIDARIEDADE

Têm sido recebidas na sede nacional do PSD, bem como no gabinete do vice-primeiro-ministro, centenas de telegramas de apoio e solidariedade a Mota Pinto, provenientes de estruturas do Partido.

Na passada terça-feira, antes da reunião da Comissão Política Nacional, autarcas sociais-democratas, representando cerca de 60 câmaras municipais deslocaram-se à sede nacional do PSD, para testemunhar a sua solidariedade a Mota Pinto. Em nome dos presentes, o presidente da Câmara Municipal de Lamego, Manuel Ferreira, proferiu a seguinte intervenção:

Estamos hoje aqui em representação dos milhares de autarcas do PSD que em todo o País servem a democracia e o

ideário Social-Democrata.

Estamos aqui apenas por uma razão: para testemunhar ao Prof. Mota

Pinto a nossa total solidariedade e apoio num momento difícil para a vida nacional.

Uma crise partidária reflectir-se-ia no País, no Estado e nos interesses nacionais.

Favoreceria os inimigos da democracia e os que espreitam o primeiro momento para ocuparem o Poder sem legitimidade.

A vida política não se faz sem lutas. Convidamos o Prof. Mota Pinto à luta e à liderança.

Mas a vida política democrática também não se faz sem disciplina partidária.

Contestamos todos aqueles que pouco fazem e muito falam e criticam, prejudicando com isto o País e o Partido.

É altura de constituir um poder político sólido, estável e moderno. Estamos aqui para lhe dizermos que consigo, Prof. Mota Pinto, vamos construí-lo.

Por isso precisamos de si.

EDIÇÃO N.º 544 do "Povo Livre" | de 7 de fevereiro de 1985.

"Declaração de Mota Pinto".

# CONVOCATÓRIAS PSD



**RECEÇÃO** **TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00** | Fax: 213 973 168 | Email: [convocatorias@psd.pt](mailto:convocatorias@psd.pt)

## SECÇÕES

### MAÇÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção de Mação para reunir, no próximo dia 6 de Abril de 2024 (sábado), entre as 17h00 e as 19h00, na Rua Padre António Pereira de Figueiredo n.º 20, em Mação, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas deverão ser entregues ao Presidente de Mesa da Assembleia, ou a quem estatutariamente o posso substituir, na Av. do Vale de São Domingos n.º 219, em Mação, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. As urnas estarão abertas entre as 17h00 e as 19h00.

### PALMELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata (PPD/PSD), convoca-se a Assembleia de Secção de Palmela para reunir, no dia 14 de Março de 2024 (quinta-feira), pelas 21h00, na sede da Junta de Freguesia de Palmela, sita no Espaço Cidadão na Rua Hermenegildo Capelo n.º 58, em Palmela, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Apresentação, discussão e votação das contas anuais de 2023;
3. Apresentação, discussão e votação do Orçamento de 2024;
4. Análise da situação política.

### PEDRÓGÃO GRANDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Pedrógão Grande para reunir, no próximo dia 13 de Abril de 2024 (sábado), pelas 16h00, na sua Sede, sita no Largo da Restauração n.º 2 - A, em Pedrógão Grande, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição da Mesa da Assembleia de Militantes da Secção e da Comissão Política Concelhia de Pedrógão Grande.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente de Mesa da Assembleia, ou a quem estatutariamente o posso substituir, na sede da Secção, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas no dia do ato eleitoral estarão abertas das 16h00 às 19h00.